

A RELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DE ALUNOS ORIUNDOS DE OUTRAS REGIÕES BRASILEIRAS E AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO¹

Gigliola Guillet dos Santos

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de colaborar com a educação de crianças no nível de alfabetização, bem como dos seus docentes. Dessa forma, visa a identificar e analisar como as variações linguísticas regionais interferem na alfabetização de crianças que mudaram de estado e de escola. Busca-se tecer uma breve reflexão sobre a formação do docente alfabetizador. O trabalho é de cunho exploratório, fora efetuado por meio de um questionário com alunos e professores de uma escola de ensino fundamental do Rio de Janeiro, também, tem caráter bibliográfico, pois é pautado nas discussões de Neves e Santana (2015), Barrera e Maluf (2004), Tarallo (2007), Cagliari (2011), Bortoni – Ricardo (2004 e 2005), entre outros. Ao docente cabe a busca de uma formação continuada atual e consistente, para que esteja apto a lidar com as variações linguísticas apresentadas pelos alunos no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Variação Linguística 1. Alfabetização 2. Formação Docente 3.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga e analisa como a variação linguística regional interfere na aprendizagem de crianças que mudaram de estado e de escola. A pesquisa foi realizada com dezoito alunos do segundo ano do Ensino Fundamental de uma escola particular do Rio de Janeiro, bem como seus pais ou responsáveis e também a professora. Coincidentemente, nessa turma, todos os alunos são filhos de militares, nascidos e oriundos de vários estados do Brasil.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação do(a) professor(a) Diane Dal Mago, no segundo semestre de 2018.



Foram utilizados questionários para os alunos, outro para os pais ou responsáveis e outro para a professora.

A variação linguística no nosso país é extremamente diversificada. Em cada região, cidade, e até mesmo em cada classe social há um modo de falar diferente. Por orientações de muitas gramáticas e de certos livros didáticos, a maioria dos professores consideram errado quando uma criança fala “bejo”, “bisôro”, “mininu”, como se assim o professor conseguisse desconstruir a variação linguística.

É muito difícil tentarmos falar igual a como escrevemos, os professores alfabetizadores precisam ensinar seus alunos a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não devem impor um único modo de falar, e sim mostrar que pessoas podem e falam de modos diferentes.

Uma criança mineira, ao ir estudar em outro estado, levará consigo as palavras regionais de sua terra natal, como, por exemplo, “trem”, que é muito utilizada para expressar várias palavras e significados, e “garrou”, que pode ser usada para travou, parou ou estragou. Também como “ficou”, no sentido de sentir algo, “garrou nojo”, no sentido de não gostar, sentir algo ruim, causar antipatia. Uma criança gaúcha irá usar a expressão “trilegal” quando estiver muito feliz e irá chamar sua professora de “fessora” e a diretora da escola de “dire”. Já a criança paraense irá usar a expressão “égua” para coisas boas ou ruins. O carioca vai contar que “naisceu” no Rio de Janeiro. E tem também as crianças que falam “bardi” para balde, “bassora” para vassoura, “nós fumo” para nós fomos, entre outros exemplos.

Essas situações ou práticas cotidianas de linguagem, que estão relacionadas às diferenças culturais na sociedade, são denominadas variantes linguísticas ou variações linguísticas, as quais são formas próprias de falar de uma comunidade. Neves e Santana (2015) indicam que a escola não pode discriminar o estudante pelo seu jeito de se comunicar. Pois essa maneira de falar representa muito mais que um processo comunicativo, é a identidade do falante. Nela, é possível perceber de onde vem esse falante, a que classe social

pertence, que cultura possui, entre outros fatores que interferem na variação linguística.

A pesquisa realizada por Barrera e Maluf (2004) teve como objetivo investigar a influência de variação linguística sobre a aquisição da linguagem escrita. A análise estatística mostrou correlação negativa significativa entre os níveis iniciais da variação linguística e o desempenho final das crianças em leitura, sugerindo que a utilização da linguagem não padrão pelos alunos pode dificultar o processo de alfabetização, sobretudo, quando não trabalhada adequadamente pelos professores.

A Sociolinguística estuda os fenômenos de variação da língua a partir dos contextos históricos, geográficos e culturais, além dos fatores internos à língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica), ela trabalha sobre os vários fenômenos da variação linguística, principalmente em relação ao ensino da língua portuguesa nos anos iniciais, ajudando o aluno a tornar-se um usuário mais competente quanto aos diversos usos da língua, não fazendo com que ele memorize regras da gramática ou a falar “certo”, mas lhe dando a oportunidade de escolher a forma da fala ou da escrita adequada a cada situação comunicativa e a que ele melhor se sente confortável, levando em conta os aspectos contextuais.

Preti (1987) afirma que a Sociolinguística pode desempenhar um papel de investigadora e fornecer uma excelente metodologia para os estudos da oralidade em diferentes locais. Sendo assim, é possível registrar diversos tipos de falas em diversas localidades na mesma região, traçando perfil sociológico, econômico e cultural dos falantes.

Essa área da sociolinguística estuda também os problemas que envolvem a relação língua/sociedade, ela tem a função de mostrar a variação sistemática linguística da estrutura social e o relacionamento casual, estuda a diversidade linguística, descrevendo o falar, levando em conta a origem, idade, sexo, escolaridade, aspecto financeiro, ela pontua que o homem é um ser sociável e em qualquer situação é capaz de se fazer entender e compreender a mensagem proposta.



Tarallo (1994), em Pesquisa Sociolinguística, mostra que os falares regionais podem ser descritos e mapeados com base em uma metodologia da linguagem que subsidie o trabalho do linguista. Assim, a Sociolinguística estudaria as relações entre as variações linguísticas e as variações sociológicas.

É de grande relevância para o falante do português saber identificar e diferenciar sua variação linguística das demais, não para desprestigiar e sim para respeitar e encantar-se com a riqueza que a língua materna possui. É uma das propostas dos PCNS da Língua Portuguesa dos anos iniciais:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças de sexo, de etnia, ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997)

A metodologia utilizada nesse trabalho é de pesquisa pura, pois foi desenvolvida para se conhecer determinada realidade. Também, é empírica, pois os dados coletados foram diretamente sobre a realidade de cada aluno. O tipo de pesquisa também foi exploratória, tendo em vista que pesquisamos para conhecer, familiarizar-se com a realidade das crianças oriundas de outras regiões do país, para vermos se elas têm alguma dificuldade na aprendizagem, devido a essas mudanças de lugares e escolas.

Esse tipo de pesquisa tem o intuito de aproximar o pesquisador e o tema pesquisado, visto que esse ainda precisa ser mais explorado, conhecido.

O campo de pesquisa foi a Escola CEURCA, Centro Educacional da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, por meio da coleta de dados, questionários e entrevistas.

Foram realizadas entrevistas por meio de questionários com os alunos, responsáveis e com a professora da turma. Os sujeitos da pesquisa foram os próprios alunos, em torno de dezoito crianças.

Por ocasião das entrevistas, as perguntas formuladas tinham por objetivo verificar o grau de dificuldade das variações linguísticas regionais no processo de alfabetização, bem como em outros processos de aprendizagem desses alunos. Foram abordadas as reações das crianças, diante de palavras

desconhecidas, faladas pelos colegas e o que é feito diante dessa situação. Foram feitas perguntas do dia a dia das crianças, como o que gostam de comer, de brincar, observando a escrita delas e a colocação das palavras. Por fim, verificou-se como a professora e as mães ou responsáveis desses alunos observam esse processo de aprendizagem diante das variações linguísticas regionais.

A seguir será feita uma exposição a partir das referências teóricas, as quais fundamentaram esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Crianças em processo de alfabetização, ao chegarem em uma nova escola, vindas de diferentes estados do Brasil, além de passarem pela adaptação de uma nova cidade, também passam pela adaptação de uma nova escola, novos colegas e de novas palavras em seu vocabulário, assim, vivenciam a variação linguística sem entender o que é esse fenômeno e como ele influencia no seu aprendizado.

O processo de alfabetização engloba diversos fatores, dessa forma, quanto mais apto o professor estiver para entender como ocorre o processo de aquisição da linguagem escrita, mais resultados positivos terá no processo de aprendizagem de seus alunos. É fundamental explicar a eles que a variação da linguagem não consiste em erro, ela mostra que pessoas diferentes podem e falam de modos diferentes, e isso deve ficar claro em qualquer nível de aprendizagem.

Em diversos lugares, há modos de se falar diferenciados, mas que têm o mesmo significado, isso é conhecido como variação regional, também pode ser chamada de variação diatópica, pois se refere às diferenças linguísticas encontradas em cada região. Podemos perceber essa variação quando conversamos com alguém de outro estado, outra cidade, por exemplo, falante da mesma língua. Percebemos essa diferença tanto no vocabulário quanto na fonética.

Segundo Tarallo (2007), variantes são diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

Essa variação é percebida também nas diferenças gramaticais e lexicais oriundas do mesmo país, entretanto, de regiões diferentes. Um exemplo são os falantes da região Nordeste e Sudeste. Nesse caso, percebemos diferenças fonéticas, como a pronúncia de vogais médias pré-tônicas – como ocorre na palavra “melado” – pronunciadas como vogais abertas no Nordeste, “me’lado”, e fechadas no Sudeste “me’ladu”. Nesse caso, podemos dizer que é uma variação diatópica fonética, já que a palavra fonética quer dizer os sons da fala.

Existem também as diferenças gramaticais, como, por exemplo, a preposição verbal da negação, como em “sei não”, no Nordeste, e “não sei” ou “não sei, não”, no Sudeste.

Outro exemplo é o fato de um objeto ter vários nomes, de acordo com a sua região ou cidade. Temos a bergamota ou vergamota, chamada assim na região sul do país e mexerica em Minas Gerais. Os dois termos designam a mesma coisa, uma fruta cítrica de cor alaranjada e sabor adocicado, conhecida também como tangerina, em algumas cidades. Um outro exemplo é a mandioca, que também é conhecida como macaxeira no Nordeste e aipim no Rio de Janeiro. A essa variação, denominamos de variação diatópica lexical, visto que lexical significa relativo ao vocabulário.

Cagliari (2011) aponta que as escolas retiram o falante do seu ambiente natural e o colocam em um ambiente artificial de linguagem, no qual essa é, a todo momento, avaliada, no lugar de ser usada como propósito da comunicação e da interação. Isso pode fazer com que as crianças duvidem de suas habilidades linguísticas.

Quando chegam à escola, as crianças têm uma vivência de anos, como ouvintes e falantes de uma língua, a escola as retira do ambiente natural e as coloca em um contexto artificial, no qual é avaliada a todo momento. A variação linguística não aponta nenhum erro de linguagem, nem para uma criança nem para um grupo dialetal, ela mostra que pessoas diferentes podem ter maneiras diferentes de usar uma mesma língua.

Em nosso país, as variações linguísticas são percebidas por constatarmos que cada região é composta por um grande número de indivíduos e esses possuem diferentes formas de falar, também conhecidas como variações diatópicas, ou seja, são as diferenças no vocabulário existentes nas regiões, isto é, no espaço geográfico. Essas diferenças podem ser exemplificadas a partir do léxico, conforme o exemplo já mencionado neste trabalho sobre o aipim, também chamado de mandioca e macaxeira, a abóbora de jerimum, são palavras usadas em regiões distintas, mas com o mesmo significado. Portanto, constitui-se em um erro acreditar que os falantes façam uso das mesmas regras linguísticas para se expressar, pois dependendo da região, do contexto social, dos hábitos culturais adquiridos no decorrer de sua vida, as realizações linguísticas serão diferenciadas entre um e outro grupo de falantes.

Diante dessas variações da fala, que em alguns casos podem ser transferidos para a escrita, principalmente no anos iniciais da escolarização, começou-se a desenvolver, no Brasil, por meio de estudos como os de Lemle (1978 e 1982) e Bortoni-Ricardo (2004 e 2005), uma sociolinguística aplicada à educação, cujo foco é o exame dos vários fenômenos da variação linguística, característica do português brasileiro, analisados em suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente no Ensino Fundamental.

A variação linguística deve ser discutida e trabalhada pelo professor no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no ensino fundamental, pois, conforme destacam os Parâmetros Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa (PCN, 1997; 1998), a Língua Portuguesa falada no Brasil possui variedades dialetais diversas, que são alvo, muitas vezes, de preconceito linguístico, decorrente do desconhecimento da diversidade linguística e étnica presentes no nosso país.

Para Soares (1994), embora um grupo de pessoas constitua uma comunidade linguística, isso não significa que essa língua seja homogênea e uniforme. A diferença geográfica e social entre segmentos de uma mesma comunidade linguística resulta em um correspondente processo de diferenciação linguística, que pode se dar nos níveis fonológico, léxico e gramatical.

O alfabetizador deve ser um profundo conhecedor e pesquisador do sistema gráfico, estando sempre atento às particularidades da fala de cada aluno, bem como de suas variantes linguísticas, podendo, assim, trabalhar de forma coerente e sistemática. Ele deve assumir um papel de facilitador na interação entre o ser humano e a palavra. Cada palavra falada revela um mundo particular que se torna coletivo ao estabelecer o diálogo com outros indivíduos.

Bortoni-Ricardo (2004, p.8) enfatiza a questão de que não se pode dizer que o aluno “erra” na sua forma de falar, por não ser a escrita daquela maneira. “Se milhares de pessoas dizem “trabaiio” e não “trabavo”, “trabazo” etc., é porque a transformação de “lh” em “i” é uma virtualidade prevista na própria arquitetura fonológica da língua portuguesa”.

A variação linguística é considerada um componente da identidade de cada aluno, pois por meio dela se expressam traços sociais e culturais adquiridos em sua região durante sua vida.

Uma área específica a respeito da variação linguística é a Sociolinguística, ciência que estuda a linguagem no contexto social em que está sendo usada. Para Bortoni-Ricardo (2006), o que, muitas vezes, a sociedade estabelece como erro na fala das pessoas, a Sociolinguística considera apenas uma questão de inadequação da forma utilizada em relação às expectativas do ouvinte. Então, para esse ouvinte ele vê essa inadequação como uma desobediência às regras gramaticais, mas para a Sociolinguística não passa de uma inadequação ou adequação de certas formas a certos usos.

Para Poersch (1990), o agente alfabetizador deve ser um conhecedor das variações linguísticas, da estrutura e do funcionamento da língua, pois “o objetivo do alfabetizador é transportar a criança do domínio do código oral para o domínio do código escrito”. E para isso esses conhecimentos são fundamentais.

É durante o período da alfabetização que o alfabetizador precisa propiciar ao aluno o gosto pela leitura e o respeito pela língua materna, por isso a necessidade de ele ser um conhecedor das variações linguísticas, da estrutura



e do funcionamento da língua e também das variações dialetais que aparecem na sala de aula.

O professor deve reconhecer a estrutura e a organização do sistema gráfico, possibilitando estratégias de ensino, de acordo com a sua visão e técnica profissional, pensando nas necessidades específicas de cada aluno. Deve ser flexível ao lidar com questões de variações linguísticas, sabendo diferenciá-las daquilo que se considera um erro gramatical. Dessa forma, é necessário apresentar ao aluno as outras variantes linguísticas de sua língua. Não caracterizar essa variação como erro, pois é pela linguagem que o indivíduo define seu perfil, sua identidade cultural, entre outros. Se o docente tiver os conhecimentos linguísticos necessários para sua atuação, fica mais fácil saber respeitar os vários falares regionais apresentados pela língua a qual vai ensinar, reconhecendo o que está presente no dia a dia da sala de aula entre as falas de seus alunos.

Finalizando, o professor, além da necessidade de conhecer e se aprofundar sobre as variedades linguísticas, deve tomar cuidado para não cometer a discriminação ou algum tipo de preconceito com seus alunos, podendo, com essa atitude, fazer com que ele se sinta constrangido, e como consequência se sinta inibido, sendo prejudicado em seu processo de aprendizagem. O professor tem a função de mostrar que existem muitas formas de falar, porém, a escrita é mais uniforme, tendo em vista seguir mais especificamente regras pré-determinadas pelas normas padronizadas da língua.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Descrição dos procedimentos

Para esta pesquisa, cujo objetivo foi pesquisar se as variações linguísticas regionais interferem no processo de alfabetização e de aprendizagem, participaram a professora, mães e alunos da turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola da cidade do Rio de Janeiro, CEURCA – Centro



Educacional da Urca. Nessa turma, coincidentemente, todos os alunos são filhos de militares, nascidos e oriundos de vários estados do Brasil.

A coleta dos dados ocorreu em uma tarde do mês de agosto do ano de 2018. Foi utilizado um questionário para os alunos, outro para as mães ou responsáveis e outro para a professora.

Ao total foram 18 alunos que participaram da entrevista. A aplicação dos questionários foi na própria sala de aula, com os alunos, os quais, inicialmente, apresentaram-se curiosos. Mas após ser explicado o porquê desta pesquisa, responderam às questões tranquilamente, apenas conversando um pouco.

A professora também respondeu ao questionário feito para ela e enviou na agenda dos alunos o questionário para mães ou responsáveis.

Segundo Barrera (2004), um elevado grau de variação linguística no início do ano letivo pode exercer influência negativa sobre o processo de alfabetização, dificultando a aquisição da linguagem escrita, mesmo quando não se observa um padrão claro de estigmatização da linguagem oral dos alunos.

É fundamental que os professores alfabetizadores tenham embasamento linguístico, pois saberão lidar e trabalhar de forma correta com as variedades dos alunos. Um professor com formação linguística terá mais facilidade, conhecimento e segurança em seu trabalho de alfabetizador, pois ao ensinar uma língua, deve-se conhecer teoricamente sua estrutura e funcionamento.

Segundo as respostas dos alunos, a grande maioria respondeu que quando escuta uma palavra diferente pergunta o que é e logo entende o que o colega quis dizer, não se sentem envergonhados e nem com a sensação de que houvesse *bullying* por falarem ou não entenderem alguma palavra de outra região do Brasil, comentaram que, às vezes, não entendem palavras faladas pelos colegas na língua inglesa, mas pesquisam e logo descobrem o significado.

A maioria das mães e responsáveis responderam que a questão das variações linguísticas regionais com as quais seus filhos convivem não atrapalham em nada no processo de ensino-aprendizagem, pois cada nova

cidade que seus filhos estudam é um novo desafio. Por um lado, sentem insegurança, medo e dúvidas, mas isso pode ser considerada uma alavanca e um diferencial para os filhos saberem atuar em diferentes meios no futuro.

3.2 Algumas referências teóricas relacionadas com os dados coletados

O processo de alfabetização é a construção de muitos fatores e quanto mais embasamento teórico o professor tiver sobre como ocorre o processo de aquisição da linguagem escrita, mais segurança e eficácia terá para administrar o processo de aprendizagem de seus alunos. O professor deve conhecer as variações linguísticas, da estrutura, organização e funcionamento da língua e também das variações dialetais que se apresentam em uma sala de aula, pois poderá criar estratégias de ensino, pensando nos alunos e nas suas necessidades. Ao ter esses conhecimentos linguísticos, fica mais fácil para o docente o trabalho a ser desenvolvido, bem como o respeito de vários falares regionais apresentados pela língua a qual vai ensinar e que está presente no cotidiano da sala de aula. É função do professor alfabetizador transportar a criança do domínio do código oral para o domínio do código escrito.

A Sociolinguística oferece vários modelos teórico-metodológicos. Um deles, a Teoria da Variação ou Sociolinguística Variacionista de William Labov (1972 [2008]), a qual aborda de forma eficaz a descrição da língua em uso, já que sua principal preocupação é a variação linguística decorrente do meio social no qual o indivíduo está inserido. Para os sociolinguistas, frequentemente existirão formas que coexistem e que concorrem, essas são as variantes linguísticas.

A língua, como fato social, é um fenômeno, ao mesmo tempo dinâmico e conservador. É conservador porque necessita manter um certo grau de uniformidade para permitir a comunicação em uma dada comunidade linguística, é dinâmico porque se modifica com o tempo, estando também sujeito às influências regionais, sociais e estilísticas responsáveis pelos processos de variação linguística, como explica Preti (1994).

A variação geográfica ou regional refere-se às diferenças lexicais (de vocabulário), fonológicas (de pronúncia ou "sotaque") e/ou sintáticas (referentes à construção gramatical das frases), observadas entre falantes de diferentes regiões geográficas que utilizam a mesma língua.

Seguindo o pensamento de Tarralo (2007), ou seja, variantes são diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Destacamos as influências regionais, pois em diversos lugares do nosso país há modos de se falar diferenciados, mas que têm o mesmo significado, isso é conhecido como variação regional, também pode ser chamada de variação diatópica, pois se refere às diferenças linguísticas encontradas em cada região. Podemos perceber essa variação quando conversamos com alguém de outro estado, outra cidade, por exemplo, falante da mesma língua. Percebemos essa diferença tanto no vocabulário quanto na fonética.

A variação social diz respeito às diferenças observadas na linguagem de diversos grupos sociais, os quais podem ser constituídos por classe social, grau de instrução, idade, sexo, etnia, profissão e outros. Com relação à influência da posição social e do grau de instrução, fatores esses que em geral se apresentam juntos, pode-se dizer que a oposição mais importante se dá entre a chamada linguagem culta (ou padrão) e a linguagem popular. A variação estilística refere-se às diferenças observadas na fala de um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que ele se encontra, como, por exemplo, o assunto tratado, o tipo de ouvinte, a relação entre os interlocutores, o estado emocional do falante, o grau de formalidade do discurso. Assim, de acordo com a situação, o indivíduo "escolhe" o tipo de linguagem que julga mais conveniente.

Preti (1982) destaca que "o indivíduo não apenas sabe falar, mas também sabe como outros falam", gerando o problema, entre outros, de saber até que ponto o conhecimento linguístico, expresso na fala do indivíduo, revelaria de fato o seu nível de linguagem, pois o falante, além dos signos linguísticos habituais (vocabulário ativo), conhece outra forma que não utiliza, mas é usada por outros, como locutores, nesses atos de fala, em que ele, como receptor, reconhece-os e compreende.

A esse fato pode-se também citar o problema da compreensão da variação linguística como erro na língua, fazendo dos falantes alvos de preconceito e escárnio, tendo como fomentadora a grande proliferação dos meios de comunicação em massa, desviando a linguagem de sua finalidade, que é a comunicação entre as pessoas.

Durante as observações e nas próprias respostas das crianças no questionário realizado com elas, não houve reclamações de discriminação ou críticas em relação à linguagem, falas ou sotaque que cada aluno traz consigo. Elas comentaram que cada palavra diferente que um colega fala é motivo para pesquisarem e descobrirem o significado dela.

Cagliari (2011) aponta que as escolas retiram o falante do seu ambiente natural e o colocam em um ambiente artificial de linguagem, no qual essa é, a todo momento, avaliada, no lugar de ser usada com o propósito da comunicação e da interação. Isso pode fazer com que as crianças duvidem de suas habilidades linguísticas.

Quando chegam à escola, as crianças têm uma vivência de anos como ouvintes e falantes de uma língua, a escola as retira do ambiente natural e as coloca em um contexto artificial, no qual é avaliada a todo momento. A variação linguística não aponta nenhum erro de linguagem, nem para uma criança nem para um grupo dialetal, ela mostra que pessoas diferentes podem ter maneiras diferentes de usar uma mesma língua.

Para a maioria das crianças que responderam ao questionário, essas variações linguísticas não interferem em seu convívio com os demais colegas, nem em sua aprendizagem, usam desse objeto de pesquisa para descobrirem os significados das palavras desconhecidas.

Barrera e Maluf (2004) apontam para o fato de que, sob a perspectiva da sociolinguística, vem sendo construída a ideia de “diferenças linguísticas”. O fato de a escola não ver a língua padrão como meta a ser atingida, mas sim como parâmetro de comparação, no sentido de estabelecer o “certo” e o “errado”, reforça as diferenças sociais, como esclarecem as autoras.

Muitos autores ressaltam que a função da escola não é substituir a língua popular, mas ensinar para seus alunos que tanto a forma popular quanto a padrão coexistem e podem ser utilizadas em diferentes situações. Sendo assim, verifica-se a relação existente entre a variação linguística e o ensino aprendizagem de leitura e escrita, com o fracasso escolar de crianças que não utilizam a língua padrão.

Para Lemle (1978, p. 60), um dos requisitos imprescindíveis para o desenvolvimento de um ensino escolar de língua portuguesa de real utilidade para o aprendiz é uma atitude lúcida diante do fenômeno da heterogeneidade dialetal da parte dos professores, que sem isso ficam sem rumo em sua tarefa de favorecer o desenvolvimento e o disciplinamento da expressão espontânea de ser educando. O caminho para tal lucidez requer duas etapas: a primeira, teórico, é a compreensão dos fatores que determinam a variação dentro de uma mesma língua; a segunda, é o conhecimento dos fatores específicos dessa variação na área em que o professor atua [...]

Segundo a professora da turma onde foi realizada esta pesquisa, trabalhar com alunos oriundos de diferentes estados é maravilhoso, pois cada um traz para a escola diferentes falas, costumes e vivências, e isso se torna um grande aprendizado.

A professora relata que quando algum aluno fala palavras diferentes, não entendidas pelos demais colegas, eles ficam curiosos para descobrir do que se trata, então, pesquisam juntos para descobrir o significado.

No processo de alfabetização, em relação às variações linguísticas, a professora relatou que é bem tranquilo, pois já está familiarizada em trabalhar com alunos de vários estados. Não observa dificuldades, pois o desenvolvimento do processo é comum na maioria das regiões e sempre é realizada no início das aulas, uma sondagem de como a turma está, para dentro do possível chegar a um mesmo nível entre todos os alunos.

Conforme Cagliari (s/d), o alfabetizador precisa ter noções bem claras a respeito da questão da variação linguística e da norma culta. Além dos conhecimentos pedagógicos, são muitos os conhecimentos linguísticos necessários para ser um bom professor alfabetizador. Essa, porém, não é uma fórmula mágica, é apenas um desafio, um exercício para posteriores problemas



que podem aparecer. Cada sala de aula tem alunos diferentes e desafios também diferentes.

Dessa forma, vê-se a importância e a necessidade de os professores e a escola se comprometerem com o significado das variações linguísticas, tornando-se responsáveis pela conduta adequada entre a relação da alfabetização e as variações inerentes à língua.

Mattos e Silva (2004) destacam a importância de o professor alfabetizador ter uma formação em linguística e uma em pedagogia. Estando bem preparado nas duas, ele entenderá melhor a complexa diversidade dialetal falada e a relativa homogeneidade na escrita. Sem julgamento de “certo” e “errado”, o objetivo foca-se em formar o aluno pluridialeto e consciente da variação, fazendo com que ele possa distinguir quando poderá utilizar uma ou outra variante.

3.3 Resultados

Os resultados obtidos com essa turma pesquisada não foram negativos em um primeiro momento, talvez porque a professora e a escola já estejam preparadas para trabalharem com essas variações linguísticas, especificamente as regionais, e também como foi visualizado nas respostas dos pais e responsáveis, as crianças são estimuladas a pesquisarem sobre as novas e desconhecidas palavras expressadas por seus colegas. Talvez por se tratar de uma escola particular, o resultado seja positivo, pois esses alunos são apresentados ao mundo das letras e sons desde muito pequenos. Também, deve ser destacado que a maioria das crianças entrevistadas são filhos de militares, provenientes de várias regiões do país, sendo, desde pequenas, colocadas em situações de novas adaptações, novos lugares, novas línguas, novas pessoas, novos sabores, pode-se concluir, dessa forma, que quando o assunto é variação da linguagem, elas buscam formas de se apropriarem dessa nova palavra.

Alguns estudos, como os de Mollica (1998) e Terzi (1995), têm constatado que alunos de escolas particulares, em função de seu contato precoce com a língua escrita, possuem um maior domínio e uma maior facilidade de adaptação

às regras de padronização da língua. Isso ocorre, também, pelo fato de serem usuários de uma variedade dialetal mais próxima do padrão e de terem contato mais sistemático com as instituições promotoras de letramento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variações linguísticas regionais fazem parte do cotidiano escolar, cabe aos docentes, principalmente aos alfabetizadores, o dever de aceitar e trabalhar com seus alunos as diversas linguagens, ensinando regras ortográficas e respeitando as diversidades, as variações. Assim, é esperado que, gradualmente, o aluno possa compreender que sua fala apresenta características próprias de seu contexto geográfico, da sua região de origem, mas sua escrita precisa refletir sobre as regras estabelecidas pela Gramática Normativa, para que qualquer leitor possa entender o que está escrito.

Em alguns casos, devido a uma formação deficitária, o professor acaba anulando tudo o que o aluno traz consigo referente à sua linguagem natural, rotulando o “certo” e o “errado” a partir da Gramática Normativa, esquecendo-se do principal objetivo da língua, ou seja, a comunicação entre os falantes.

O docente não deve considerar a variação linguística como algo em seu aluno que deva ser corrigido, pelo fato de ser considerado um erro. Cabe ao professor apresentar para o estudante a forma escrita conforme as normas ortográficas vigentes, porém, a linguagem desse deve ser preservada e realçada, pois ela faz parte do contexto de vida desse aluno, é, portanto, uma variação a ser prestigiada.

Diante de situações de alunos com linguagem de diferentes regiões do país, o docente deve estar capacitado e mostrar-se favorável ao diálogo com seu aluno, fazendo esse sentir-se à vontade ao se expressar, sendo auxiliado de forma tranquila e positiva em seu processo de alfabetização, estando livre de preconceitos e repressões.

Quebrar essa hegemonia exige dos docentes uma consciência da importância e necessidade da manutenção das variantes diatópicas com o



registro culto da língua. Daí a sugestão de estudiosos do assunto em se levar para a sala de aula e trabalhar contos populares, folhetos de cordel, histórias de vida dos alunos e de suas famílias, suas mudanças de cidades, narradas pelos próprios alunos, com seu vocabulário e suas estruturas linguísticas próprias. Com certeza, os resultados serão promissores e construtivos.

REFERÊNCIAS

- BARRERA, Sylvia Domingos; MALUF, Maria Regina. **Variação Linguística e Alfabetização**: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.8, n.1, p.35-46, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto/Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Brasília – DF, 1997.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Conhecimentos técnicos para alfabetizar**. Manuscrito s/d.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Algumas questões de linguagem na alfabetização**. São Paulo: UNESP, 2011.
- LEMLE, Miriam. “Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa: In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: 1978.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MOLLICA, M.C. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- MOURA, D. (Org.) **Língua e Ensino**: dimensões heterogêneas. Maceió: Edufal, 2004.
- POERSCH, J.M. **Suportes Linguísticos para a alfabetização**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.



PRETI, Dino. **Sociolinguística**: os níveis da fala. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Sociolinguística**: os níveis da fala. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.

SOARES, M. **Linguagem e escola** – uma perspectiva social. 16 ed. São Paulo: Ática, 1999.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa sociolinguística**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **A Pesquisa sociolinguística**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2007

TERZI, S.B. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os Significados do Letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.